

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG COM EDUARDA ESPOSITO
deniserothenburg.df@dabr.com.br

“Vamos conversar?”

O ministro de Relações Exteriores, Mauro Vieira, e o representante dos Estados Unidos para o Comércio, Jamieson Greer, encontraram-se casualmente nos corredores da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Greer se aproximou e disse que está dialogando com o Brasil, que há um contato fluido e que quer continuar com esse diálogo aberto. Vieira respondeu que a disposição do Brasil é a mesma e que as recomendações da USTR, de novas tarifas de 25% e 12,5%, vão exigir que se intensifiquem essas negociações.

Sejamos amigos

Os dois governos ainda estão dentro do prazo de 30 dias estabelecido pelos presidentes Donald Trump e Lula no encontro que tiveram em Washington. E a conversa, embora rápida, foi suficiente para evitar um clima de animosidade. Da parte do Executivo brasileiro, não resta dúvidas de que há uma má vontade de setores da gestão dos Estados Unidos para com o governo Lula, mas tudo será feito para que essa posição não estrague o diálogo entre os dois países. A ordem é muita calma nessa hora, tal como ocorreu quando do primeiro tarifaço anunciado por Trump.

O interesse deles

As tarifas impostas pelos Estados Unidos a produtos brasileiros vêm paulatinamente reduzindo o volume de trocas comerciais entre os dois países. Em 2009, o comércio entre Brasil e EUA representava 25% das transações comerciais brasileiras. Agora, está em 9,7%, conforme apontam dados do governo brasileiro.

Enquanto isso...

O comércio com a China quadruplicou. Aliás, o ministro de Relações Exteriores, Mauro Vieira, esteve em Pequim e saiu de lá com a decisão do governo chinês de declarar o Brasil livre da febre aftosa e de ampliar o fornecimento de fertilizantes para o país.

Um alívio lá para 2030

Em palestra no 10º Congresso Luso Brasileiro dos Auditores Fiscais, o mestre em políticas públicas Ricardo Leitão abriu um portal para revisão das alíquotas, capaz de dar esperança àqueles que acham que pagarão muitos impostos com a reforma tributária. Do alto de quem estudou a fundo por um ano “in loco” o sistema tributário chinês e indiano, o fiscal da Secretaria de Fazenda do Pará conta que China e Índia reduziram suas alíquotas para manter o crescimento econômico. A China o fez sem planejamento, quando os Estados Unidos começaram a aumentar as tarifas lá em 2018. Já a Índia planejou essa redução de forma a aquecer a economia. O pesquisador não afirma categoricamente que o Brasil terá condições de baixar a alíquota, mas aponta que a janela para revisão na próxima década está aberta: “Há previsão legal expressa — e em dois mecanismos distintos”, lembra. A Lei Complementar 214/2025 estabelece que o governo deve adotar medidas para que a alíquota de referência seja menor que 26,5% até

2030. Não é uma meta — é uma obrigação legal.

Veja bem/ A porta para revisar para baixo já está aberta na legislação vigente. O que a aciona são os dados de arrecadação real que o sistema vai gerando ao longo da transição. E, para completar, os exemplos da China e da Índia vão servir de freio para os candidatos que planejam jogar contra a reforma tributária sobre consumo antes de o texto entrar em vigor. Atualmente, há muita preocupação entre os técnicos sobre declarações de candidatos ao Planalto contra a reforma. O ex-governador de Minas Romeu Zema, por exemplo, fez várias declarações nesse sentido. Não por acaso, na palestra de abertura do Congresso, em Belo Horizonte, o ex-secretário especial da Reforma do Ministério da Fazenda Bernard Appy foi incisivo ao dizer que posicionamentos como esse geram insegurança jurídica. Primeiro, é preciso deixar a reforma ser implementada, para, depois, pensar em ajustes. E, até aqui, os exemplos de China e Índia são alvissareiros.



CURTIDAS

Indefinição mineira I/ A situação da oposição em Minas Gerais anda complicada. Integrantes do PL pediram ao senador Cleitinho (Republicanos-MG) que ele não saísse para governador. Aliados do mineiro afirmam que Flávio Bolsonaro disse a Cleitinho que ele não tem “perfil executivo”. O republicano rebateu dizendo o mesmo sobre o pré-candidato à Presidência.

Indefinição mineira II/ Esse clima tenso ocorreu um dia antes dos vazamentos das conversas entre Flávio e Daniel Vercaro. Agora, a situação é diferente. O partido de Jair Bolsonaro quer negociar com Cleitinho seu apoio para a candidatura do empresário Flávio Roscoe ao governo do estado. Roscoe foi o anfitrião do jantar para Flávio Bolsonaro no início desta semana em Belo Horizonte. Está interessadíssimo em ingressar na política e tem perfil executivo.

Quando há silêncio.../ ... é porque está caminhando. A delação de Daniel Vercaro está sob análise agora da Procuradoria-Geral da República (PGR) e da Polícia Federal. A nova versão foi reformulada, ampliada e aprofundada, de acordo com fontes próximas ao ex-controlador do Banco Master. Alguns a classificam como robusta. A PF já havia negado uma delação anterior por não revelar fatos novos, além da proposta de ressarcir o rombo deixado com o esquema.

Fernando Frazão/Agência Brasil



Indefensável/ A situação do ex-governador do Rio de Janeiro Cláudio Castro (foto) é vista por muitos parlamentares do PL como sem argumentos para defesa pela legenda. E diz que Castro ao menos teve senso em abdicar da pré-candidatura ao Senado.

PODER

Em defesa da PEC da Segurança

Procurador-geral da República, Paulo Gonet afirma que proposta, em tramitação no Congresso, tem “caráter cooperativo”

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, defendeu, ontem, o “caráter cooperativo” da Proposta da Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública. Segundo ele, o enfrentamento ao crime organizado requer atuação coordenada dos diferentes órgãos estatais e não pode ser prejudicada por disputas entre instituições.

“A PEC da segurança, às vezes, é criticada por pessoas que dizem que ela deturparia o modelo de federalismo, mas é o contrário. É uma medida que permite que a União coordene as ações dos estados para a proteção da vida, da propriedade e da tranquilidade pública. Assim acentuando o caráter cooperativo do federalismo”, declarou, durante participação no encerramento do Fórum de Lisboa.

Na avaliação de Gonet, “sem a cooperação de todos, sem a interação de todos os órgãos, o desafio da segurança pública será de difícil enfrentamento”. “Devemos agir sem que o ciúme institucional impeça a eficácia no combate ao crime”, frisou.

Para ilustrar, Gonet citou articulação internacional para combate a organizações criminosas, ressaltando a importância do intercâmbio de informações entre forças policiais de diferentes países.

“A cooperação jurídica internacional é crucial para o plano interno brasileiro, para que tenhamos informações sobre como as facções estão atuando. A Polícia Federal tem instituições como a Interpol, a Europol, em que as polícias de todo mundo trocam informações em tempo real”, disse.

Encaminhada ao Congresso pelo governo Lula em abril de 2025, a proposta busca promover maior integração entre as forças de segurança brasileiras por meio da atuação coordenada nas esferas federal, estadual, distrital e municipal.



A PEC da segurança, às vezes, é criticada por pessoas que dizem que ela deturparia o modelo de federalismo, mas é o contrário. É uma medida que permite que a União coordene as ações dos estados para a proteção da vida, da propriedade e da tranquilidade pública”

Paulo Gonet,
procurador-geral da República

O projeto é uma das principais apostas do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na área da segurança pública e foi aprovado na Câmara dos Deputados em março. Hoje, completa três meses sem avanços no Senado.

O governo Lula quer recriar o Ministério da Segurança Pública, mas considera a aprovação da PEC uma pré-condição para colocar a medida em prática.

Entre os principais pontos da versão aprovada na Câmara estão, além do Susp, o endurecimento penal contra faccionados e blindagem dos estados contra a influência da União para direcionar políticas públicas na área. A PEC também constitucionaliza o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen).

Geraldo Magela/Agência Senado



Gonet: “Devemos agir sem que o ciúme institucional impeça a eficácia no combate ao crime”

Comissão vai aos EUA para tratar de PCC e CV

Uma comitiva de deputados da base do governo Lula foi aos Estados Unidos nesta semana para articular uma frente política com integrantes do partido democrata no Capitólio, com o objetivo de tentar fazer a Casa Branca recuar da classificação do Comando Vermelho (CV) e do Primeiro Comando da Capital (PCC) como organizações terroristas.

Esse grupo de parlamentares brasileiros vai apresentar um documento com 10 sugestões de cooperação entre o país e os Estados Unidos no combate ao crime organizado.

Não haverá nenhum encontro com deputados republicanos, partido do presidente Donald Trump, e nenhum

representante da Casa Branca.

“A classificação de facções brasileiras como organizações terroristas por decisão unilateral estrangeira cria risco de distorção política, efeitos extraterritoriais indevidos e tensionamento da soberania nacional”, diz o documento. “A resposta adequada está na cooperação penal, policial, financeira e diplomática, com controle das autoridades competentes, preservação da cadeia de custódia da prova, respeito à jurisdição brasileira e foco em resultados concretos.”

Também conforme o texto, “o Brasil tem interesse em cooperação internacional séria contra o andar de cima do crime organizado”.

“Essa cooperação deve ser feita pelos canais corretos, com base em provas, sob controle das autoridades competentes, com respeito ao direito internacional e com foco na desarticulação econômica das facções”, disse o texto da mensagem que será enviada aos americanos.

Os deputados governistas ficarão em território americano até amanhã. Na agenda estão previstos encontros com deputados do Partido Democrata, de oposição a Trump.

O grupo também se reunirá com integrantes da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

» Organizações terroristas

Pesquisa do instituto AtlasIntel, divulgada ontem, mostra que 55,9% dos brasileiros acham que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) também deveria classificar o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas. Os que acham que ele não deveria fazer tal medida são 40,8%. Outros 3,2% não souberam responder. A AtlasIntel ouviu 1.273 pessoas entre 30 de maio e 3 de junho por meio de recrutamento digital aleatório. A margem de erro é de três pontos percentuais e o índice de confiabilidade é de 95%.

“Estamos aqui neste termo de cooperação colocando o que o governo brasileiro pretende”, disse o líder do PT na Câmara, Pedro Uczai (SC), um dos integrantes da comitiva. “É o intercâmbio que queremos. Não interferência direta dos Estados Unidos, dizendo o que não podemos ou não fazer.”

Entre as sugestões estão a criação de um grupo de trabalho bilateral com participação de entre outros, a Polícia Federal, Ministério da Justiça, FBI e o Departamento de Justiça americano; canal permanente de inteligência financeira; rastreamento de armas americanas; equipes conjuntas de investigação; e integração com a Interpol.